

PROJECTO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Data: 15/03/2017

**Assunto: Instalação da Rede de DFCI em Boticas" /
Aquisição de Serviços para Abertura de Faixas de Gestão de
Combustível**

Em conformidade com o definido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (adiante, CCP), foi autorizada a decisão de contratar do serviço mencionado em epígrafe, mediante despacho do Presidente da Câmara, datada de 08/03/2017, tendo-se iniciado o procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 20.º, do CCP, com convite às seguintes empresas, através da plataforma eletrónica para a contratação pública:

SENSETEC - Technical Services, Unipessoal, Lda.
Limphábeis Unipessoal, Lda.
Ageinalon - Construção e Engenharia Civil Unipessoal, Lda.

Apenas a empresa **Limphábeis Unipessoal, Lda.** apresentou proposta através da plataforma eletrónica para a contratação pública, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 62.º CPP, no dia 09 de março 2017 pelas 13h 48m:28s, respeitando o prazo definido para o efeito nas peças do procedimento.

O valor global da proposta apresentada é **45.752,00€ (Quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Analizados os documentos e elementos que instruem a proposta, verificou-se que os mesmos foram entregues em conformidade com o legalmente definido nas peças do procedimento.

Tendo em consideração o critério de adjudicação definido no ponto 10 do convite, o preço base definido na cláusula 2.ª do caderno de encargos e o valor da proposta, conclui-se que esta respeita os limites impostos para efeitos do artigo 47.º do CCP.

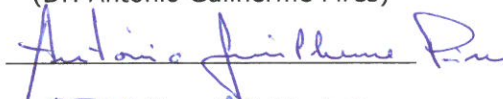
Propõe-se:

. Ao abrigo do disposto no art. 73º, do CCP a adjudicação do serviço à firma ***Lymphábeis Unipessoal, Lda.***

.Nos termos do estabelecido na al. a), do nº1, do artigo 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, autorização para a realização da despesa, no valor de **45.752,00€ (Quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos e na proposta apresentada.

O Júri

(Dr. António Guilherme Pires)



(Eng.º Ricardo Saldanha)



(Eng.ª Ana Paula Cadime)

